



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14888 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

GESTÃO EDUCACIONAL NO CENÁRIO DE DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Regina Celia de Moraes Alves Silva - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
 Andréia Vicência Vitor Alves - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

GESTÃO EDUCACIONAL NO CENÁRIO DE DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

O Brasil presenciou um processo de desmonte da educação a partir do governo Michel Temer. Em seu mandato, 2016 a 2018, apoiou-se nos eixos: privatização, saque ao fundo público e ajuste fiscal. As políticas focalizadas, a seletividade e precarização perpassaram as políticas sociais incluindo a educação (Berinhg, 2018).

Em seu governo assumiu um projeto de aspecto conservador e autoritário (Pochmann, 2017). As linhas gerais desse projeto estavam no Programa de Governo intitulado “Ponte para o Futuro”, pensado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 2015 e que propunha entre outras coisas o estabelecimento de um regime constitucional para por limite aos gastos públicos.

Numa linha de continuidade Jair Bolsonaro assumiu a presidência em um cenário político que lhe foi favorável, com a saída de Dilma Rouseff da presidência considerada um golpe que “andou na contramão da democracia e provocou a quebra da institucionalidade democrática liquidando o estado democrático de direito” (Saviani, 2017, p.213).

No governo Bolsonaro os gastos sociais foram vistos como causa do desequilíbrio orçamentário, isso redirecionou as políticas públicas com retrocessos no campo educacional (Dourado, 2019). Para Cohn (2020) nesse momento o país vivenciou uma verticalização do conjunto de aspirações neoliberais em todas as esferas do executivo.

E este estudo apresenta reflexões objetivando compreender como a gestão educacional

foi conduzida nesse momento histórico, considerado de crise para a educação brasileira. Para tanto, destaca algumas ações voltadas para a educação que foram implementadas no Governo Michel Temer e no Governo Bolsonaro. Esse exercício contribui para o desenvolvimento de uma visão crítica diante dos determinantes que orientaram a gestão educacional nos governos mencionados.

Apontamentos sobre as ações na gestão educacional nos governos Temer e Bolsonaro

Diante da situação econômica no período do Governo Temer foi proposto o equilíbrio fiscal de longo prazo como determinação constitucional a qual a Administração pública estaria submetida, sendo aprovada nesse contexto a emenda Constitucional nº 95/2016 congelando por vinte anos os gastos com as políticas públicas.

Assim, o Governo Temer desencadeou o desmonte do Estado brasileiro ao romper com o seu papel de interventor e provedor das políticas de proteção social, conquistadas em outros períodos. Com isso a educação perdeu parte de seu orçamento prejudicando sua manutenção.

Em suas ações para a educação básica, destacamos a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que desconsiderou a dimensão histórico-cultural da formação humana, valorizando o caráter instrumental do currículo (Silva, 2018); bem como o processo de reforma do Ensino Médio iniciado com a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, mais tarde aprovada pela Lei nº 13.415, sem a devida participação de representantes do campo científico e educacional. Tal medida alegou que o ensino médio trabalha com um currículo extenso, sem o aprofundamento necessário e fragmentado, sem diálogo com o setor produtivo. Esse olhar aponta para uma orientação de viés gerencial em favor do mercado de trabalho.

No âmbito da gestão educacional, o Governo Temer desarticulou a participação popular, revogando a nomeação de doze conselheiros que faziam parte do Conselho Nacional de Educação (CNE), anulando a base de representação social no âmbito da educação. Isso indica o avanço de uma agenda de retrocessos.

Com a perda de orçamento para a educação e o congelamento de gastos, também houve entrave no atingimento das metas 17 e 18 do PNE que tratam da valorização dos profissionais do magistério que atuam na educação básica e do Plano de Carreira para profissionais da educação básica e superior.

Ocorreu ainda nesse Governo a redefinição arbitrária da composição do Fórum Nacional de Educação responsável pelas edições da CONAE posteriores a 2010 e pelo acompanhamento e avaliação do PNE retirando dele importante representação de setores sociais ligados à educação (BRASIL, 2010).

O cenário de desmonte das políticas públicas educacionais se intensificou no Governo

Bolsonaro. Nessa linha de compreensão, Cohn (2020, p. 153) comenta que a partir de 2019 “inicia-se um processo de destruição truculenta do arcabouço social da rede de proteção social [...]”. O Governo de Jair Bolsonaro seguiu guiado por orientações neoliberais observando o princípio do ajuste fiscal em decorrência da crise financeira vista como consequência dos gastos com as políticas sociais. Ações foram desenvolvidas em detrimento da classe trabalhadora, com o corte de investimentos públicos incluindo a educação pública.

Esse cenário é atravessado pela ausência de políticas públicas de educação, pela falta de proposta para a educação básica. No âmbito da gestão educacional, tal Governo mostrou seu ideário de controle e monitoramento das instituições, dos profissionais e dos currículos em propostas como a militarização de escolas. Também defendeu o homeschooling, uma tentativa de desresponsabilizar o Estado da garantia do direito à educação.

No Governo de Jair Bolsonaro foi criado o Plano Estratégico Institucional para o período de 2020 a 2023, que abarcava 48 projetos e destes, pela brevidade do trabalho, abordaremos sucintamente o projeto Forma Brasil Gestão e o Programa Escola Cívico-Militares (Pecim).

O projeto “Forma Brasil Gestão”, destinado à formação de gestores objetivava,

promover gestão de excelência nas redes públicas de educação básica, por meio de apoio técnico e ações de formação continuada destinados, especialmente, a secretários e conselheiros de Educação, diretores e conselheiros escolares, objetivando a promoção da melhoria da qualidade da educação (Brasil, 2020b. p.42).

A intenção implícita é padronizar o perfil de diretor através da criação de um conjunto de competências chamando a atenção para o monitoramento do professor, gestão estratégica dos recursos, além de outros pontos que juntos devem contribuir para a promoção de uma educação subordinada aos interesses do mercado.

Esse delineamento foi feito tomando como base as orientações de organismos internacionais como a Organização e Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) que faz uma relação entre as características da gestão escolar e os resultados dos estudantes (Brasil, 2021). Dessa maneira, apresenta características de gestão gerencial ao propor um perfil de gestão baseada na busca por excelência, eficiência e avaliação para o alcance de metas (Brasil, 2021), buscando nivelar um padrão para o gestor escolar como um diferencial para atender as exigências do mercado.

Já o Pecim, foi instituído em setembro de 2019 por meio do decreto nº 10.004, com a finalidade de “promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio”. O Pecim apresenta como instrumento de medida o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e assume como objetivo garantir um modelo de gestão de excelência das escolas a partir da intervenção dos militares (Brasil, 2020a, p. 3).

Nesse cenário, a gestão educacional está associada no Programa a ações destinadas à padronização do comportamento, valores e atitudes e administrativamente possui

profissionais vinculados ao Ministério da Defesa ou aos órgãos de segurança estaduais e municipais (Brasil, 2021, p. 38).

Podemos também destacar que no Governo de Jari Bolsonaro a participação popular foi desarticulada, com a intervenção na constituição dos Conselhos, que ganhou forma legal através do Decreto 09/07/2020 excluindo do CNE membros do Conselho de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) que tinham sob sua responsabilidade a gestão dos sistemas municipais e estaduais de educação.

Essas são marcas de práticas antidemocráticas que perpassaram a gestão da educação desconstruindo processos pensados coletivamente.

Considerações Finais

De maneira resumida a gestão da educação no Governo Temer foi uma marcha para o retrocesso com expressiva influência do empresariado na definição do currículo nacional, materializados em documentos como a BNCC e a reforma do ensino médio embebida de padronização e vazia de consciência crítica. O PNE 2014-2014 tornou-se inexpressível com a emenda 95/2016 que provocou a redução de investimento e financiamento destinado à educação.

Numa trajetória de continuidade o Governo de Jair Bolsonaro movimentou ações articuladas com as demandas e interesses do capital, com o controle do fundo público e a violação dos direitos sociais conquistados constitucionalmente. A excelência associada à melhoria da educação por resultados foi evocada servindo para caracterizar o tipo de gestão a ser desenvolvida.

Ambos os governos denunciam seu alinhamento a práticas antidemocráticas, reforçando as relações de dominação, retirando os direitos sociais conquistados, intensificando as desigualdades educacionais e propondo uma educação com o ensino de conteúdo uniformizado orientado para resultados quantitativos e meritocráticos.

Palavras-Chave: Políticas educacionais. Gestão educacional. Educação básica.

REFERÊNCIAS

BERINHG, E. R. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, I.; BEHRINHG, E. R.; LIMA, R. L. (Orgs.) **Marxismo, política social e direitos**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. **Documento-final da Conferência Nacional de Educação: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação – o Plano Nacional de Educação, Diretrizes, e Estratégias de Ação**. Brasília: SEB/MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes das Escolas Cívico-militares**. 2. ed.

Brasília, DF: Subsecretaria de fomento às escolas cívico-militares, 2021. 190 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Manual das Escolas Cívico-militares**. 1. ed. Brasília, DF: Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, 2020a. 324 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Estratégico Institucional 2020-2023**. 2020b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145591-plano-estrategico-mec&category_slug=maio-2020-pdf&Itemid=30192. Acessado em: 16 abr. 2024.

COHN, Amélia. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, 109: 129-160, 2020.

DOURADO, Luiz Fenando. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 40, e0224639, 2019.

POCHMANN, Márcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 309-330, abr.-jun. 2017

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas** – 2. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2017.

SILVA, Mônica Ribeiro da . A BNCC da reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018.